



ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Neno Razuk e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! "Ata da Nonagésima Sexta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Dezesseis da Nonagésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Email Transfere.Gov; Ofício nº 334/2025, do Ministério Público Federal; Ofícios nºs 2.025 e 2.026/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 439/2025, da Prefeitura Municipal de Ladário; Ofício nº 200/25, da Prefeitura Municipal de Bandeirantes. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Renato Câmara, Zeca do PT, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Lídio Lopes e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Junior Mochi, Gleice Jane e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o deputado Renato Câmara. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 106/2025, de autoria do deputado Zeca do PT; Projeto de Resolução nº 118/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Resolução nº 124/2025, de autoria dos deputados Zeca do PT e Gerson Claro; Projeto de Resolução nº 125/2025, de autoria dos deputados Zeca do PT e Gerson Claro; Projetos de Resolução nºs 129, 130 e 131/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 148/2025, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Resolução nº 68/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projetos de Resolução nºs 102 e 142/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projetos de Resolução nºs 126 e 128/2025, de autoria do deputado Lídio Lopes; Projetos de Resolução nºs 127 e 140/2025, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Resolução nº 141/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado,

em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 42/2025, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 198/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 270/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada ao psicanalista, neuropsicopedagogo e psicopedagogo Evandro dos Santos Carlos Nolasco pelo Dia do Professor, e, em seu nome, cumprimentar com louvor a esses profissionais que ensinam, instruem, preparam e capacitam crianças, jovens e adultos nas diversas fases da vida e em suas profissões; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao padre Jair Conceição Máximo, pároco da paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, extensiva a toda a comunidade paroquial e equipe de festeiros, pela realização da 43ª Festa da Padroeira; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, suas Servidoras e seus Servidores, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de propor, discutir, apoiar e acompanhar políticas públicas voltadas à valorização do funcionalismo estadual, ao fortalecimento da administração pública e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade; requerimento, de autoria do deputado Coronel David, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 25 de novembro de 2025, para a realização da Sessão Solene de Entrega da Medalha Coronel PM Adib Massad, edição do ano de 2025; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando o uso da tribuna pela senhora Deumeires Batista S.R. de Moraes, presidente da Fetems, no dia 23 de outubro de 2025; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Jamilson Name e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Neno Razuk que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Neno Razuk - PL) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa. Bom dia, segundo-secretário, deputado Pedro Kemp! Bom dia, deputado Paulo Duarte! Bom dia, funcionários da Casa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! Expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de outubro de 2025: Ofício nº 3.895/2025, da Presidência da República, respondendo à moção de aplauso do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3906/2025); Ofício nº 6.611/2025, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3051/2025); Notificação nº 4.8502/2025, do Ministério Público do Trabalho, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 03464/2025); Ofícios nºs 116 e 118/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando o encerramento do TC/PAC nº 1736/2008, do município de Ladário, e encerramento do TC/PAC nº 0745/2008, do município de Coronel

Sapucaia (Prot. nºs 4072/2025, 4071/2025); Ofício nº 4.836/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3553/2025); Ofício nº 961/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 258/2025, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Aquidauana, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 158/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaíba, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 373/2025, da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública de Fátima do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 11/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Douradina, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 2706/2025); Ofício nº 343/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 262/2025, da Prefeitura Municipal de Terenos, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 444/2025, da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); carta, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 3305/2025); Carta nº 1.200/2025, da Águas Guariroba Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 2915/2025); Mensagem nº 34/2025, do Poder Executivo, submetendo à apreciação desta augusta Assembleia Legislativa os nomes de Flávio Cesar Mendes de Oliveira, titular, e de Bruno Gouveia Bastos, suplente, para complementação do mandato de dois anos correspondente ao período 2025 à 2027, para exercerem a função de membros efetivos do Fórum Deliberativo do MS Indústria." Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Neno Razuk. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Rui Barbosa, localizada no bairro Santo Antônio, por meio do Projeto Revitalizando a Educação com Liberdade, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande. A referida escola é uma das mais tradicionais aqui de Campo Grande, atende grande quantidade de alunos do ensino fundamental e do ensino médio do bairro Santo Antônio e adjacências, e não recebe uma reforma completa há mais de vinte anos. Hoje, para a unidade escolar dar continuidade ao bom atendimento aos alunos, bem como para proporcionar condições adequadas de trabalho aos professores, aos servidores administrativos e aos alunos, necessita de uma reforma geral na parte elétrica, hidráulica e pintura interna e externa. Ocorre, senhor presidente, que, por ser uma escola conveniada

com a Missão Salesiana de Mato Grosso — proprietária do prédio —, existe lá um convênio entre o Estado e a Missão Salesiana. A Secretaria de Educação tem alegado que está impedida de efetuar reformas com investimento de recursos públicos. Sendo assim, solicitamos que seja realizado um estudo no sentido de promover melhorias nas instalações da referida escola por meio de convênio com o Tribunal de Justiça, por meio da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande. Eles têm lá um projeto chamado Revitalizando a Educação com Liberdade, que utiliza mão de obra de apenados. Essas pessoas realizam o trabalho da reforma da escola e têm dias descontados da pena. Ou seja, quanto mais trabalham, mais dias são descontados. Esse projeto é interessante tanto para os condenados quanto para a escola, que recebe reformas de qualidade. Tivemos a oportunidade de visitar várias escolas reformadas por meio desse projeto, e constatamos que o serviço é realmente bem executado. Esse projeto merece todo elogio, pois trabalha no sentido de ressocializar os presos e, ao mesmo tempo, proporciona grande benefício às escolas. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Professora Maria Rita de Cássia Pontes Teixeira, localizada no bairro Conjunto Residencial União, por meio do programa Revitalizando a Educação com Liberdade, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, via 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande. A última reforma da escola ocorreu quando eu era secretário de Educação, no governo Zeca do PT, em 1999/2000. A escola está construída em um terreno de propriedade da Base Aérea de Campo Grande, e toda vez que a escola solicita reforma à Secretaria de Educação, a alegação é de que não é possível, por conta do terreno, que é da BACG. Eu tenho dificuldade em entender isso, porque, na época em que fui secretário, reformei a escola — cedida à Funlec — e, ao retomá-la, realizamos a reforma para atender os alunos, naquela época. Hoje, a Secretaria alega que não é possível reformar devido a esse fato. Portanto, solicitamos à Secretaria de Educação que faça contato com o juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, que coordena esse projeto com os apenados, disponibilizando presos pedreiros, eletricistas e encanadores. Eles realizam a reforma da escola, têm dias descontados de sua pena e garantem condições ótimas para o ensino e para o trabalho dos professores. Estamos, assim, solicitando que a Secretaria viabilize esse convênio, para que, de fato, a escola seja reformada. Trata-se de uma escola estratégica para a comunidade do Conjunto União de toda a região. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos aqui presentes! Senhor presidente, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa em Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando que proceda a estudos para

revisão da rede de fornecimento de energia elétrica do assentamento Estrela, no município de Campo Grande. Indico à Mesa, na forma do disposto no inciso III do artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado ofício deste Poder ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), senhor Fabrício de Oliveira Galvão, com cópia ao superintendente regional do Dnit/MS, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a prorrogação do prazo para desocupação da área localizada na faixa de domínio da BR-262, KM 658, objeto de ação de reintegração e manutenção de posse proposta pelo Dnit. O local a que me refiro fica — para quem conhece a BR-262 — no Buraco das Piranhas, que dá acesso à Estrada Parque. Lá existe uma casa, no meio daquele espaço, todo sinalizado, onde uma pessoa mora há exatamente vinte e três anos: o senhor Barba. Ele atua como um tipo de agente de turismo naquela região, um local onde o poder público nunca investiu. Volto a repetir: ele está lá há vinte e três anos — mais de duas décadas — e agora o Dnit, em Brasília, entrou com um processo de reintegração de posse para discutir a questão da legalidade, sem apontar nenhuma alternativa para aquele senhor, de quase setenta anos de idade, que sempre serviu à região como guia turístico naquele que é um dos principais portais de entrada do Pantanal. Agora o Dnit quer retirá-lo de lá, sem oferecer a ele nenhuma alternativa de moradia. É aquela coisa típica de pessoas lá de Brasília que não conhecem o Brasil real. Por isso, faço este pedido: que se respeite não apenas aquela pessoa, mas que se respeite também o local, que é importante para o turismo da região. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa — PSDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Bom dia, teacher!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos acompanha! Eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, bem como ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, solicitando a implantação de salas sensoriais em todas as unidades escolares de Mato Grosso do Sul, como medida de promoção da inclusão, acessibilidade e bem-estar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista e outras condições que demandam apoio sensorial específico. Eu tenho visitado várias escolas, e, nas conversas com os professores, eles têm relatado que, muitas vezes, as crianças entram em crise, e a escola não dispõe de estrutura necessária para acolhê-las. É preciso ter uma sala sensorial, um espaço adequado para que essas crianças possam ser acolhidas com segurança e cuidado. Nós estendemos também essa solicitação às escolas municipais, onde há ainda maior concentração de estudantes com autismo na educação infantil e no ensino fundamental. Venho, ainda, apresentar um projeto de lei. Projeto de lei. Fica instituída a Bienal do Pantanal, a ser realizada em anos ímpares, no mês de outubro, em data a ser definida pelo Poder Executivo, conforme conveniência e oportunidade. A presente proposição tem por finalidade instituir a Bienal Pantanal, no âmbito do estado Mato Grosso do Sul, e incluí-la no Calendário Oficial de Eventos, reconhecendo sua relevância cultural,

educacional, econômica e simbólica, para consolidação da identidade sul-mato-grossense e para fortalecimento das políticas públicas de fomento à leitura, à literatura e às artes. Mais do que um evento literário, a Bienal constituiu-se em um instrumento de política pública de cultura, orientado pela promoção da cidadania e da cultura, bem como pela formação de sujeitos críticos, criativos e socialmente engajados. Seu impacto transcende o campo artístico, alcançando dimensões educacionais, sociais e econômicas, ao fomentar a cadeia produtiva do livro e ao estimular o turismo cultural em Mato Grosso do Sul, consolidando um ecossistema cultural dinâmico e sustentável. Diante da relevância de seus resultados, a inclusão da Bienal Pantanal no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul revela-se medida imprescindível para assegurar sua continuidade em anos ímpares, garantindo perenidade institucional e estabilidade orçamentária a uma ação cultural que já demonstrou efetividade e capacidade de transformação. Tal reconhecimento contribui para consolidar a Bienal como uma política de Estado — não apenas de Governo —, preservando sua natureza pública, seu caráter formativo e seu papel estratégico no desenvolvimento cultural e simbólico de Mato Grosso do Sul. Bom, quem conheceu, quem passou pela primeira Bienal Pantanal ficou impressionado ao ver um evento tão importante, que estimula a leitura. É um evento que nos faz querer ler os livros; estar ali, ao redor de tanta gente falando sobre livros, estimula a leitura — é um processo educacional e financeiro. Então, esperamos que isso seja considerado, para que, a cada dois anos, tenhamos uma Bienal, instrumento importante, não apenas educacional, mas também econômico. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados aqui presentes, todos que nos prestigiam com sua presença, servidores, imprensa e público que nos acompanha pela TV e Rádio Alems e pelas redes sociais, bom dia! Eu vou apresentar algumas indicações e moções. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos automotores para as seguintes instituições do município de Ribas do Rio Pardo: 13ª Companhia Independente de Polícia Militar (13ª CIPM) e Delegacia de Polícia Civil. A presente solicitação atende aos pedidos formulados pelo vereador José Heleriano, da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, formalizados por meio dos Ofícios nºs 016/2025 e 017/2025, anexos. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos automotores para as seguintes instituições do município de Três Lagoas: Polícia Científica - perícia de Três Lagoas; Corpo de Bombeiros - 5º Grupamento de Bombeiros Militares de Três Lagoas; Batalhão da Polícia Militar de Três Lagoas; Polícia Civil de Três Lagoas; Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM) de Três Lagoas. A presente solicitação atende ao pedido formulado pela vereadora Evalda dos Reis Ferreira, da Câmara Municipal

de Três Lagoas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos automotores para o Batalhão da Polícia Militar do Município de Anaurilândia, em atenção ao pedido formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, da Câmara Municipal de Anaurilândia, que encaminhou solicitação ao nosso gabinete por meio da Indicação nº 005/2025, aprovada na Câmara Municipal daquele município. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos para o Batalhão da Polícia Civil e o Batalhão da Polícia Militar, instalados no município de Rio Verde de Mato Grosso, em atenção ao pedido formulado pelo vereador Laurindo Luiz Marchesan, da Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, encaminhada ao meu gabinete por meio dos Ofícios nºs 454/2025 e 455/2025, anexos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos para o Batalhão da Polícia Civil e o Batalhão da Polícia Militar, instalados no município de Figueirão, bem como a disponibilização de maior efetivo policial, tendo em vista que o contingente atual é reduzido e insuficiente para atender às demandas locais. O presente pedido foi formulado pelo vereador Edgar José de Lima, da Câmara Municipal de Figueirão. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando estudos para realização de um trabalho de cuidados sociais relacionados ao "Nova Andradina Mais Leve", no qual participantes, devidamente selecionados em grau III de obesidade, possam receber acompanhamento de médicos e profissionais do esporte, para emagrecimento saudável, e com o uso de Mounjaro. Esta solicitação atende à solicitação do vereador Edeinton Gonçalves dos Santos e da coautora vereadora Márcia Batista Lobo Grigolo, da Câmara Municipal de Nova Andradina (Indicação nº 486/2025, anexo). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Ivanildo Pereira Holosbak, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, no município de Coxim. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Assembleia, bom dia! Eu trago algumas proposições. Requerimento que cria a Frente Parlamentar pela Valorização dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - Suas, no Estado de Mato Grosso do Sul, buscando, assim, uma atuação unificada em função de interesses comuns, independentemente de partido político. Para que a referida Frente Parlamentar seja formalizada em sua existência, solicitamos à Mesa Diretora os

trâmites previstos no artigo 101, parágrafo único, do Regimento Interno deste Parlamento. Que o ato de criação seja assim redigido: "A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o que dispõe o artigo 101, do anexo da Resolução nº 065/2008, de 17 de dezembro de 2008, requerimento interno resolve: artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar pela Valorização dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - Suas, no Estado de Mato Grosso do Sul, com os seguintes objetivos: 1º - Reunir parlamentares que possuem interesse especial na temática e que desejam atuar em defesa dos direitos e da valorização dos profissionais que compõem o Suas. 2º - Promover debates, audiências públicas, seminários e demais eventos, que visem à discussão de políticas voltadas à valorização profissional, incluindo a construção de planos de carreira e remuneração adequada, e a definição de parâmetros salariais condizentes com as atribuições exercidas." Alguns colegas deputados já sinalizaram positivamente para a criação da Frente Parlamentar, mas muitos ainda não foram comunicados sobre o assunto. Portanto, logo após esta Sessão, eu vou solicitar que a minha assessoria colha a assinatura dos colegas que queiram participar desse debate aqui na Assembleia Legislativa. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de manutenção da rodovia MS-228, no trecho que liga os municípios de Rio Negro e Corumbá. Aquela via é muito utilizada. Foi realizado um encascalhamento com pedras excessivamente grandes, e, por conta disso, em determinado trecho, proprietários chegam a perder dois pneus ou mais, em razão das pedras muito afiadas. Por isso, é necessária uma compactação adequada e o reparo urgente na rodovia, pois os caminhoneiros têm evitado transitar por ela — tanto para o transporte de gado quanto para o de insumos. É, portanto, um transtorno que vem afetando diretamente os produtores rurais da região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a implantação de dois redutores de velocidade na rodovia MS-162, que liga os municípios de Sidrolândia e Maracaju, nos trechos próximos à antiga estação Piuva e à entrada do assentamento Capão Bonito I. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela Câmara Municipal de Sidrolândia por meio do vereador Adavilton. A comunidade local considera o trecho de alta periculosidade, e solicita, portanto, os redutores de velocidade, a fim de poderem acessar de modo seguro o assentamento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel; e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de dois veículos modelo Trailblazer — um destinado à Polícia Civil e outro

à Polícia Militar — para atendimento das demandas de segurança pública no município de Douradina. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela Câmara Municipal de Douradina por meio do vereador Aldair Juvenal Barroquel, conhecido como Nal, presidente da Câmara. Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, inciso XIV, do Regimento Interno, ouvido o duto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Marcos Coelho Cardoso, em reconhecimento ao seu notável trabalho dedicado à educação, à literatura e à evangelização ao longo de sua trajetória. Há quase três décadas, Marcos Coelho Cardoso tem se dedicado, com paixão e compromisso, à contação de histórias voltadas à evangelização infantil e adulta, utilizando a arte da narrativa como ferramenta de transformação, aprendizado e fé. Sua atuação incansável no campo educacional também se destaca pela trajetória como professor de Língua Portuguesa, contribuindo significativamente para a formação de inúmeras gerações e para a valorização da nossa língua e cultura. Atualmente, ocupa o cargo de presidente da Academia Douradense de Letras, instituição de grande relevância cultural e literária para o município de Dourados e para todo o estado, onde vem promovendo ações em prol da literatura, do incentivo à leitura e da valorização dos escritores regionais. Diante de sua expressiva contribuição à educação, à cultura e à formação cidadã, esta Casa de Leis manifesta, por meio desta moção, profundo reconhecimento e gratidão ao senhor Marcos Coelho Cardoso, parabenizando-o por sua trajetória exemplar e pelo legado significativo que tem construído em favor da sociedade sul-mato-grossense. Era o que eu tinha, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Quero agradecer ao deputado Paulo Corrêa e aos senhores deputados que iniciaram os trabalhos. Eu estava em agenda externa. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas e todos aqui presentes! Vejo aqui a vereadora Fernandinha, da nossa querida Deodápolis; e o presidente da Câmara de Deodápolis. Sejam bem-vindos! Cumprimento também o Vinícius, de Maracaju, que foi candidato a vereador, e o Ricardo Bolo. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis! Eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando que seja otimizado o fornecimento de energia elétrica no município de Inocência. A presente indicação foi formulada pela vereadora Joseana e pelo vereador Gerson Mariano de Queiroz, ambos da Câmara Municipal de Inocência. Como todos sabem, o município de Inocência, localizado na região leste de Mato Grosso do Sul, possui uma população estimada de oito mil e quinhentos habitantes, número este que deve crescer acentuadamente nos próximos anos, em virtude do projeto Sucuriú, implantado pela gigante chilena Arauco. O projeto conta com investimento na ordem de 85 milhões de reais para construção da maior fábrica de celulose

do mundo, erguida em etapa única e terá capacidade de produzir 3.500 toneladas de celulose de mercado por ano. Então, como a população de Inocência vem aumentando, investimentos estão sendo feitos, é preciso melhorar a carga de energia da cidade. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pelos vereadores Joceana e Gerson. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores! Eu quero apresentar algumas proposições. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (Agecold), com sede no município de Dourados. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (Agecold), com sede no município de Dourados. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a destinação de dois aparelhos de ar-condicionado à Escola Estadual Professor Antônio Salústio Areias, no município de Aquidauana. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a instalação de lombada eletrônica no KM 113 da rodovia BR-267, no município de Nova Andradina. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e aos senhores deputados federais e senadores representantes do nosso estado no Congresso Nacional, solicitando ações conjuntas de apoio, com recursos da União, para a retirada dos entulhos remanescentes da antiga ponte sobre o rio Santo Antônio, localizada na rodovia MS-382, que liga os municípios de Guia Lopes da Laguna e Antônio João. O que ocorreu lá foi uma falta de zelo, porque a ponte foi construída e logo em seguida desabou. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a construção de duas salas destinadas a aulas específicas de música e de atividades físicas (funcional) na Escola Estadual Professor Joaquim Alfredo Soares Vianna, no município de Caarapó. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder solicitando a instalação de redutor de velocidade (quebra-molas) na avenida Ana Rosa Castilho Ocampo, na altura do número 568, nesta Capital. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, colegas parlamentares! Bom dia, público aqui presente, assistentes, servidores da Casa e todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV e Rádio Alems! Eu quero apresentar algumas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a instalação de redutor de velocidade próximo ao KM 3 da rodovia MS-473, que liga os municípios de Taquarussu e Nova Andradina, por conta do alto fluxo de veículos, especialmente de caminhões e ônibus, na via. O intuito é evitar acidentes. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pelo presidente da Câmara de Taquaruçu, vereador Gilson Carrapicho. Eu trago, também, um projeto de lei. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa de São Pedro, realizada no município de Nioaque. Artigo 1º - Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Festa de São Pedro, realizada, anualmente, nos dias 28, 29 e 30 de junho, no município de Nioaque. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o evento mais aguardado pela comunidade, é uma festividade de profundo valor histórico, cultural e religioso, cuja origem remonta ao Século XIX, com a escrava Maria Vitória Romano, avó de Eugênia de Souza Cardoso, e que se perpetuou por seis gerações, até aos dias atuais. Realizado, anualmente, nos dias 28, 29 e 30 de junho, em honra a São Pedro, protetor dos pescadores, o festejo mantém viva a fé, preserva a identidade cultural e fortalece a memória coletiva da comunidade, assegurando a continuidade das tradições de matriz afro-brasileira. A oficialização da celebração no Calendário de Eventos significa o reconhecimento de sua relevância histórica e social e a valorização do patrimônio imaterial sul-mato-grossense e da memória das comunidades quilombolas. Dia 30 é meu aniversário, então eu vou comemorar lá em Nioaque... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para parabenizar a equipe da Associação Atlética Bataguassu, que, no último sábado, num jogo importante, garantiu o acesso à primeira divisão do campeonato estadual, vencendo um time de Maracaju por 3 a 1, e com duas rodadas de antecedência, está classificado para disputar a Série A do Campeonato Estadual. Eu faço essa homenagem a Bataguassu porque eu fui ao estádio. O futebol é uma paixão nacional. Eu gosto de todas as outras modalidades, mas meu apego ao futebol é muito grande. Eu fiquei impressionado com a participação da população, com a alegria dos torcedores. O estádio estava lotado. Fiquei muito feliz em ver o time subir para a primeira divisão. E estava lá o meu amigo presidente do Maracaju. O time joga muito bem. A partida terminou em 3 a 1, até porque o time de Maracaju foi para o tudo ou nada na

intenção de empatar o jogo. Ainda estão na disputa pela segunda vaga, disputando contra Aquidauana; haverá mais uma rodada no final de semana. Bataguassu vai a Aquidauana para jogar contra o Aquidauana, e o Maracaju enfrenta o Comercial, e com chance ainda subir para a primeira divisão do estadual. Parabéns aos jogadores, à comissão técnica e a todos que se envolveram na realização do campeonato! Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha neste Plenário e pela TV e Rádio Alems! Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel e ao secretário competente, solicitando a implantação de iluminação pública no anel viário norte, no acesso à avenida Dom Redovino, em Dourados. O trecho permanece em completa escuridão, oferecendo riscos significativos a motoristas e pedestres que utilizam a via. O ponto em questão é uma das principais entradas de acesso aos condomínios residenciais da região, com fluxo intenso de veículos, especialmente nos horários de pico. A instalação de iluminação pública representa uma medida emergencial e essencial para prevenir acidentes, garantir maior tranquilidade aos condutores e melhores condições de trafegabilidade, principalmente durante o período noturno. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, solicitando a destinação de recursos para a construção de uma praça pública com academia ao ar livre, playground para crianças, pista de caminhada, calçamento, paisagismo e iluminação, destinada a atender os bairros Altos das Paineiras, Jardim Mônaco, Jardim Europa e regiões adjacentes, em Dourados. A área de lazer é uma reivindicação antiga da comunidade local, e o pedido chegou ao nosso mandato por meio de ofício encaminhado ao meu gabinete pelo vereador Laldir Monareto, do MDB. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e à direção da Energisa Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de medidas urgentes para solucionar os problemas relativos ao fornecimento de energia elétrica no município de Iguatemi, especialmente na zona rural, bem como o restabelecimento de um posto de atendimento presencial da concessionária naquele município. A população de Iguatemi, em especial os moradores da zona rural, têm enfrentado constantes interrupções e instabilidade no abastecimento de energia elétrica, o que compromete as atividades domésticas, comerciais e agropecuárias, além de gerar prejuízos econômicos e riscos à segurança. A adoção de providências imediatas por parte da concessionária é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade do serviço público de energia elétrica, assim como restabelecer um canal de atendimento próximo e eficiente à população de Iguatemi. Esta indicação foi

elaborada pelo vereador Gildo Benites Rodrigues, daquele município... Pela ordem, senhor presidente. Eu quero destacar que nós acompanhamos o governador Eduardo Riedel e toda a sua comitiva, juntamente com colegas deputados, na última sexta-feira. Estivemos em vários municípios da região da Grande Dourados — Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Ivinhema e Angélica —, onde o governador anunciou novos investimentos e entregou obras estruturantes. Isso demonstra o compromisso do Governo do Estado com os setenta e nove municípios, dentro do Programa MS Ativo - Municipalismo. E, como hoje temos alguns vereadores de Deodápolis aqui presentes, destaco a presença da vereadora Fernandinha Cazuza, que representa a força da mulher no interior. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis! Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e pelas plataformas digitais! Eu tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agems), senhor Carlos Alberto Assis, e ao diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando —em regime de urgência — que seja realizada manutenção da rede elétrica, devido às constantes quedas e interrupções no fornecimento de energia no município de Inocência. A presente indicação atende a uma demanda do vereador Gabriel Leal de Melo, que relata recorrentes e diárias falhas no fornecimento de energia em diversos bairros de Inocência. A situação tem gerado inúmeros transtornos à comunidade, comprometendo as atividades domésticas, o funcionamento do comércio, das escolas, dos serviços de saúde, da segurança e até da própria administração pública. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em regime de urgência, estudo de viabilidade técnica para a construção de uma ciclovia com iluminação na rodovia MS-112, no trecho entre o entroncamento com as rodovias MS-337 e MS-240 até a avenida Três Lagoas, numa extensão aproximada de seis quilômetros, no município de Inocência. A presente solicitação decorre de uma demanda do vereador Gabriel Leal de Melo, em razão do significativo crescimento populacional no município de Inocência após a instalação da empresa Arauco Celulose do Brasil, que atua no manejo florestal e na comercialização de madeira. Próximo à MS-112, encontram-se inúmeros alojamentos destinados a abrigar trabalhadores daquela região. O deslocamento diário desses funcionários até o centro da cidade, normalmente feito de bicicleta, aumentou expressivamente, ocasionando riscos à segurança, acidentes e transtornos à mobilidade local. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: cinco indicações (Prot. nºs 4062/2025, 4061/2025, 04067/2025, 04067/2025, 04067/2025); uma moção de congratulação (Prot. nºs 04063/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 04079/2025); um requerimento (Prot. nº 04078/2025). De autoria do deputado Lídio Lopes: três indicações (Prot. nºs 4073/2025, 04075/2025, 4074/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 04089/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 04093/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 04082/2025, 4080/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4081/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: duas indicações (Prot. nºs 4092/2025, 4091/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 4060/2025, 4068/2025, 4064/2025, 04070/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4069/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 04095/2025, 4094/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 04096/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 4094/2025).). Encerrado o Pequeno Expediente. Registrados e agradecemos a presença do senhor Vanderlei de Assis, vereador do município de Deodápolis; do senhor Carlos de Lima Neto, presidente da Câmara de Deodápolis; e da senhora Fernanda Mayara, vereadora do município de Deodápolis. Sejam bem-vindos! Senhores deputados, hoje nós iniciamos, às 10 horas da manhã e vai até às 20 horas, a entrega e a retirada dos kits da Corrida dos Poderes. Será realizado no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, das 10 horas às 20 horas, hoje; e amanhã das 9 horas às 22 horas. Há 14.200 inscritos na corrida. Para retirar o kit, a pessoa tem de apresentar documento pessoal. Quero reforçar o convite a todos os servidores desta Casa. A abertura da programação ocorrerá aqui na rampa de acesso da Assembleia, às 15 horas, a abertura da arena, às 16 horas corrida kids, às 17 horas a largada da corrida Pernas Solidárias, e às 17 horas e quinze minutos, a largada das provas de cinco quilômetros e dez quilômetros e da caminhada de três quilômetros. E a arena será aberta com ativação de food trucks, show, depois da chegada do Chicão Castro. E todos têm de chegar com antecedência e não esquecer que é obrigatória, para receber os kits, a entrega de um brinquedo, por inscrição, para a campanha da Caixa Encantada. Todos estão convidados. Sem dúvida, a corrida será um sucesso. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Quero fazer alguns registros. Primeiro, sobre a Corrida dos Poderes. Eu vou, disputando com Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp, busca o título de bicampeão na categoria dos deputados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência vai correr os dez quilômetros?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim, senhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu estou me preparando. Ano que vem eu vou nos dez quilômetros também.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Hoje, eu quero registrar o aniversário de um servidor desta Casa, uma grande figura, um jovem de oitenta e sete anos, o doutor Osvaldo Dutra, que faz hoje oitenta e sete anos. Nossa homenagem a essa bela figura aqui da Assembleia Legislativa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Oitenta e sete anos de idade. Parabéns, em nome da Mesa Diretora e dos demais deputados, doutor Osvaldo! Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dezenove minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público que nos assiste. O que me traz aqui hoje é um tema muito importante para toda a sociedade: a educação. Nós estamos acompanhando essa pauta há algum tempo. Por ser professora, por estar na luta da educação há muitos anos, há algumas questões que considero importante debater aqui, neste plenário. Uma delas, que já discutimos há algum tempo — principalmente em Dourados —, é o processo de municipalização da educação. Há uma compreensão equivocada sobre a Constituição e a LDB de que o Estado deve assumir do sexto ao nono ano e o Município, do primeiro ao quinto. Esse modelo, que decorre de uma leitura equivocada da Constituição e da LDB, tem trazido diversos problemas ao processo educacional. Vou falar do que tenho acompanhado, sobretudo no município de Dourados, onde esse avanço da municipalização tem ocorrido, onde sempre questionamos esse modelo e onde, agora, percebemos uma dificuldade muito grande. Primeiro, o Município está sobrecarregado: as escolas estão superlotadas, as salas de aula estão cheias, e os professores têm enfrentado dificuldades para desenvolver seu trabalho, considerando o grande número de alunos em sala, do primeiro ao quinto ano. Mas há também outro problema: a dificuldade das famílias em atender à demanda educacional de cada escola em que seus filhos estão matriculados. Hoje, temos uma realidade em que o Município oferta a educação infantil, o ensino do primeiro ao quinto ano, e, em algumas escolas, até o sexto ano. O Estado, aos poucos, foi transferindo as turmas do primeiro ao quinto para o Município — entregando escolas inteiras — e fechando as turmas correspondentes na rede estadual, assumindo apenas as turmas do sexto ano em diante. Esse modelo, que consideramos equivocado, é bastante preocupante. Por exemplo: se determinada mãe precisa levar uma criança para uma escola de educação infantil; outra criança, para uma escola de primeiro ao quinto ano; e outra para uma escola do sexto ou sétimo ano, ela precisa se deslocar até uma terceira escola. As mães, na maioria dos casos, são as mulheres as responsáveis pelo cuidado e também pelo transporte de suas crianças. Essas mães estão tendo dificuldade de acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos, porque não conseguem estar presentes em todas as escolas — nem saber exatamente em

qual delas há melhores condições de acompanhar o aprendizado. O Estado tem, inclusive, em seu calendário, o dia chamado “Família na Escola”, justamente para incentivar a presença das famílias no ambiente escolar. Mas como essa mãe vai participar, se tem uma criança em cada escola? Essa é a realidade que enfrentamos hoje na educação. Por outro lado, precisamos retomar o debate para que as escolas voltem a oferecer, de forma integrada, do primeiro ao nono ano. Eu cursei todas as séries — da primeira até o terceiro ano do ensino médio — na mesma escola. Quando eu comecei a dar aula, na Escola Reis Veloso, também havia turmas do primeiro ano até o ensino médio. Aos poucos, essa estrutura foi se modificando. Essa mudança é recente na nossa organização educacional, e precisamos retomar esse debate para reorganizar o processo educacional, facilitar o trabalho dos professores e também a vida das famílias e das crianças. Segundo o ECA, é direito das crianças estudar perto de suas casas. E quando se trata de irmãos, que todos possam estudar na mesma escola. Mas a realidade que a gente tem hoje não permite que o direito da criança, garantido pelo ECA, seja plenamente reconhecido. Então, é preciso que o ECA seja cumprido — e cumprir o ECA significa que o Estado tem que dar as condições para isso. Nesse sentido, o Governo do Estado precisa retomar o ensino do primeiro ao quinto ano, para que a rede municipal também possa oferecer o ensino do primeiro ao nono ano. A Constituição diz o seguinte: "A educação infantil é prioridade do Município". O Estado pode oferecer também, mas essa é uma prioridade do Município. A educação no ensino médio é prioridade do Estado — mas também pode ser ofertada pelo Município. Agora, o ensino fundamental, do primeiro ao nono ano, é de responsabilidade compartilhada entre Estado e Município. E isso é o que diz a Constituição Federal e a LDB. No entanto, com esse modelo equivocado de entrega do primeiro ao quinto ano ao Município e do sexto ao nono ao Estado, nós temos hoje muito mais crianças do primeiro ao quinto e menos alunos do sexto ao nono. O que significa que as redes municipais têm mais estudantes do que a rede estadual.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — A senhora me concede um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Por favor, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Quem sou eu, deputada, para discutir com Vossa Excelência, minha colega, sobre educação. Mas eu fui aluno de escola mista, lá pelos anos de 1957, 1960, e sei o quanto a educação mudou de lá para cá. Eu sei o que aprendi — e sei hoje o que meus filhos e meus netos estão aprendendo. Eu acho interessante esse tema que Vossa Excelência aborda aqui hoje. De fato, de acordo com a Constituição, educação é direito de todos e dever do Estado. Tanto é que os programas do Governo ao qual a senhora pertence oferta um prêmio de 200 reais por mês e outro de 1000 reais por mês, ao aluno que for aprovado no fim do ano. Antigamente não era assim — meu pai e minha mãe que me obrigavam a estudar, se eu quisesse "ser gente". Todavia, o modo de as pessoas pensarem a educação mudou muito de lá para cá. O ensino fundamental,

especialmente as séries iniciais — da primeira à quarta série —, no meu ponto de vista, deve ser de responsabilidade do Município. Não quero discutir com Vossa Excelência, pelo conhecimento que tem, mas penso que não há problema quanto onde o aluno está sendo atendido. Porque, se o Governo assume o ensino inicial, o Fundeb vai para ele; e, evidentemente, ele responde por isso. Agora, se o Município atende as séries iniciais, o Fundeb vai para o município. Esse é um direito que ele tem. A responsabilidade é de quem recebe o recurso — o tributo que nós pagamos — e o investe, para que possamos ter uma educação à altura de um país que queira se desenvolver. Então, não importa. Eu acho que a senhora tem razão. Em Dourados, o Governo cede espaços ociosos para o Município poder ofertar as séries iniciais. E o que Vossa Excelência está dizendo — sobre a mãe ter um filho em uma escola de séries iniciais e outro filho em escola que oferta outras séries, e sobre o transtorno de ter de levá-los — deveria ser resolvido, entre outras coisas, com transporte escolar. Deveria ser como no interior! Por que matriculam uma criança que mora no Cachoeirinha lá em Indápolis? Isso só acontece porque não há planejamento. A obrigação é efetua as matrículas, nas séries iniciais, nas escolas da própria comunidade. Quando a matrícula é feita de modo estratégico, muitas crianças podem ir à escola sozinhas, sem que as mães precisem deixar suas rotinas para acompanhá-las. Mas eu concordo com Vossa Excelência e quero compartilhar isso. Mas quero ressaltar a questão do dinheiro. Porque tem despesa, tem a construção de salas de aula, tem o pagamento dos professores, tem o transporte escolar, tem a merenda — e tudo isso vem do Governo Federal, vem do Fundeb. Agora, quem tem de aplicar? Quem recebe o recurso. Outro dia eu estava conversando com Vossa Excelência, e a senhora me disse que a lei não funciona como eu imaginava, disse que as séries iniciais são 100% de responsabilidade do Município. E eu concordo com Vossa Excelência que essas etapas da educação sejam compartilhadas entre Município e Estado. Mas a senhora me explicou que só serão compartilhadas se o Estado assumir as séries iniciais. Aí, o Município vai ficar com o recurso que recebe do Fundeb. Será que o Município quer compartilhar? Será que ele quer assumir todas as séries iniciais? Essa é uma discussão interna. Acho que nós precisamos levar o caso ao Governo, para ele discutir diretamente com o Município. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado. O que Vossa Excelência disse é importante: discutir o financiamento. De fato, a educação tem um financiamento via Fundeb. Mas há uma questão chamada limite prudencial, que é o pagamento dos servidores. Quando a folha fica muito inchada, surgem dificuldades, mesmo com essa receita. Em Dourados, há, em média, 33 mil estudantes matriculados na rede municipal e apenas 16 mil na rede estadual. Para que a qualidade da educação seja garantida, é necessário reequilibrar isso... Pois não, deputada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer a esta Casa um tema tão importante. Durante décadas, muitos municípios de Mato Grosso do Sul deixaram de cumprir seu papel. Salvo engano, no ano passado, o governado chegou inclusive a declarar que a educação infantil, por exemplo, é competência

dos municípios, mas que, aqui no estado, nenhuma criança ficaria fora das salas de aula, porque o Governo também iria abraçar essa causa. Muitos municípios deixaram de investir nas séries iniciais, e isso vem causando um desmonte na educação pública. Em Dourados, como Vossa Excelência bem disse, não se constrói uma escola há muito anos. Logo, a falta de escolas leva à falta de vagas. Quero destacar que nós estamos articulando a construção de uma escola — e Vossa Excelência tem participado diretamente desse processo — na região dos bairros Bonanza, Sitiocas, Esplanada. A região vem crescendo bastante nos últimos anos, mas o município não acompanhou tal crescimento. Não acompanhou no que tange à saúde — não há posto de saúde, e os moradores precisam atravessar a cidade, aquela rodovia perigosa; e também não acompanhou no que diz respeito à educação, enfim. Recentemente, alguns pais me disseram que, diante disso, parece mais viável que o Município firme convênios com entidades privadas para suprir a demanda. Mas, na verdade, o investimento deveria ser direcionado para a construção e reestruturação das escolas, na intenção de que todo esse contingente seja atendido. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — A senhora me concede um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer a esta Casa este assunto tão importante. A LDB trata desse tema, fala de prioridade. O Estado pode, sim, ofertar as séries iniciais. Agora, culturalmente — nós já debatemos isso na nossa Comissão, da qual Vossa Excelência é membro titular — o Município ficou responsável pelo ensino fundamental, o Estado pelo ensino médio e a União pela educação superior. E, de fato, existe na educação esse desequilíbrio mencionado por Vossa Excelência. Segundo o secretário de Educação, há mais de dez mil crianças na fila de espera por vaga. E uma das metas prioritárias tanto do Plano Estadual quanto do Plano Nacional de Educação é: garantir o acesso das crianças à sala de aula, desde as séries iniciais até às finais. E, inclusive, aproveito o momento, deputada Gleice, para convidar os colegas a estarem conosco às 14 horas, quando realizaremos uma audiência pública juntamente com a Fetems, com o Conselho Estadual de Educação, com a Secretaria de Educação, com as universidades públicas e privadas e com as escolas privadas. Nós vamos debater sobre o Plano Estadual e, consequentemente, sua inserção no Plano Nacional de Educação, que está para ser aprovado para os próximos dez anos. Vossa Excelência, de forma incansável, tem lutado por uma educação pública de qualidade. Parabéns por isso! Obrigado pelo aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento e reforço o seu convite aos colegas parlamentares. Bom, agora eu quero falar um pouco sobre o que disse a deputada Lia. Em Dourados, deputada, é preciso construir escola na região do Bonanza e também na região do Guaicurus. Eu recebi a informação, recentemente, de que uma mãe precisava levar a

criança do Guaicurus até o Parque Alvorada, na Escola Aurora. Situações como essa ocorrem por conta da falta de vagas em Dourados. Muitas famílias recorrem ao Poder Judiciário, que distribui as vagas conforme a disponibilidade das escolas. Aquela mãe não tinha condições de voltar para casa e retornar depois para buscar a criança. Então, ela levava a criança, sentava em frente à escola, e esperava o término da aula. Isto é cruel. Isso já passou do limite. Não há outra palavra: é crueldade. E há outro caso: crianças gêmeas que não conseguiram vaga na mesma escola. Essa é a realidade em Dourados. A criança que é deixada na escola primeiro, não perde nada; já a outra, que vai a uma escola mais distante, muitas vezes, acaba se atrasando e perdendo conteúdos. Sem dizer que a mãe não consegue acompanhar de modo adequado ambas as crianças. Esse modelo não funciona. Não é viável para a família, não é viável para a criança, não é viável para a escola. Quando eu, como professora, trabalho em uma escola que atende do 1º ano até o 9º ano, eu sei o histórico da criança e da família. Eu acompanho o desenvolvimento dela. Agora, quando a criança passa por várias escolas, ela perde o vínculo com os colegas e com os professores. Nós precisamos retomar o debate sobre a importância de as crianças permaneçam por mais tempo em uma mesma escola em vez de ficar nessa rotatividade. E há muitos outros temas relativos à educação que precisam ser discutidos com urgência. Infelizmente, meu tempo está acabando hoje, mas, nos próximos dias, quero trazer elementos que tenho coletado nas visitas às escolas estaduais, inclusive sobre educação especial, que merecem atenção prioritária. Nós vamos continuar, em Dourados, na luta por equilíbrio entre Estado e Município. O Estado precisa construir novas escolas em Dourados, precisa assumir a sua responsabilidade, como determinam a Constituição e a LDB. E é preciso construir onde a população é maior. Em média, mil crianças, todos os anos, no início do ano, sem aula, sem sala de aula. Essas crianças são distribuídas nas salas de aula, e as salas estão superlotadas — sem condição de as crianças aprenderem bem, sem condição de o professor trabalhar bem. E várias outras situações acontecem... No próximo momento, a gente continua essa discussão aqui. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, nós temos comendas e títulos, Itens 1 a 18. O deputado Pedrossian Neto está presente?... Não está presente. Retiro de pauta, portanto, o Item 5 e o Item 15. Deputados Coronel David e Lucas de Lima, estamos aguardando a manifestação dos senhores para mantermos a pauta... OK. Os deputados estão presentes. Então, vamos retirar de pauta os Itens 5 e 15 e colocar em votação os Itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17 e 18. São referentes a Comendas de Mérito Legislativo e Títulos de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Em

discussão... Encerrada a discussão. Em votação. 1 - Projeto de Resolução nº 091/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 2 - Projeto de Resolução nº 093/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 3 - Projeto de Resolução nº 096/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 4 - Projeto de Resolução nº 097/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 6 - Projeto de Resolução nº 109/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. 7 - Projeto de Resolução nº 115/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. 8 - Projeto de Resolução nº 143/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. 9 - Projeto de Resolução nº 146/2025, de autoria do deputado Coronel David. 10 - Projeto de Resolução nº 088/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 11 - Projeto de Resolução nº 089/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 12 - Projeto de Resolução nº 090/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 13 - Projeto de Resolução nº 098/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. 14 - Projeto de Resolução nº 110/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. 16 - Projeto de Resolução nº 144/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima. 17 - Projeto de Resolução nº 147/2025 de autoria do deputado Coronel David. 18 - Projeto de Resolução nº 149/2025 de autoria do Deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Alex Walber. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Boutros Sarkis Mezher. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Sérgio Diozebio Barbosa. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Cileide Cabral da Silva Brito. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Gilmarcia Silva Pereira Alves. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Osmar Capuci. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Luiz Gonzaga Crosara Junior. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Claudimor Dalpasquale. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor João Paulo Corrêa. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao doutor Jamal Mohamed Salem. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Franthieska Depieri Corrêa Raghiant. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Rosineide Alves de Campos. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Crhristinne Cavalheiro Maymone Gonçalves. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Clarissa Carlotto Torres. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Naiza Alessandra Dias Capuci Sacuno. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Amanda Rupp. Vai ao Expediente. Item 19. Em redação final. Projeto de Lei nº 042/2025. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a Semana Estadual de Conscientização para Mulheres no Climatério

e na Menopausa." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00042/2025, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 20. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 211/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros na sede da Comarca de Corumbá." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00211/2022, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 21. Em discussão única e votação simbólica. "Um requerimento, dezesseis indicações, três moções de aplauso e três moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lídio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu ocupo a tribuna para discorrer sobre o problema da saúde aqui em Mato Grosso do Sul, em especial aqui em Campo Grande. A meu ver, o atendimento pelo Sistema Único de Saúde está caótico. Motivado pelas mensagens que recebemos, pelas ligações de pedido de socorro, de providências, eu quero apresentar alguns dados importantes. Atualmente, há muitos pacientes à procura de tratamento, e há mais pacientes do que vagas disponíveis na Rede Pública de Saúde de Campo Grande. Ontem mesmo havia quase cem pessoas em leitos improvisados nos hospitais que atendem pelo SUS, nas Upas e nos centros regionais de saúde. Vejam! Há uma demanda por vagas na rede pública de saúde, que não consegue atender nem casos graves, que requerem atendimento emergencial. E, conforme dados divulgados pelas unidades de saúde no dia de ontem, noventa e quatro pessoas ocupavam vagas que não estão contratualizadas com o SUS, portanto, acima da capacidade das unidades. Ontem, em entrevista, a presidente da Santa Casa disse que a instituição está atendendo normalmente os planos particulares: Cassems, Unimed e o próprio plano de saúde da Santa Casa; já pelo SUS a Santa Casa não está podendo atender, porque não está recebendo o devido recurso. Ela disse: "Nós tivemos que suspender cirurgias e internações pelo SUS, porque não estamos recebendo. Muitas vezes, quando a Central de Regulação destina um paciente para a Santa Casa com 'vaga zero', ou seja, em situação de emergência, nós recebemos, porque, caso contrário, respondemos por omissão de atendimento. Recebemos o paciente, o colocamos no corredor, numa maca, e fazemos o que é possível fazer. Porém, essa não é a situação ideal. Estamos atendendo além da nossa capacidade, além do que foi contratualizado junto

ao gestor pleno da Saúde em Campo Grande, que é a Prefeitura." Portanto, a situação na saúde pública aqui da Capital é complexa. E vale lembrar que alguns municípios do interior encaminham pacientes para cá. Precisamos encontrar uma solução para esse problema. Eu diria que a saúde pública da Capital está chegando ao caos. Além da questão das internações, há muitos pacientes de forma provisória nas UPAs, por conta da falta de vagas nos hospitais. Na Santa Casa, só na área verde, no começo da semana, havia 58 pessoas sendo atendidas, e havia 7 vagas. Na área vermelha, que é de emergência, há 6 vagas, mas estava com 9 pacientes. A situação é complicada. A população tem ligado para nós. Cirurgias estão sendo suspensas. Uma pessoa ligou para mim ontem dizendo que sua cirurgia de câncer de mama foi suspensa. Ora, a pessoa entra em desespero, porque não pode esperar... Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo por trazer a esta tribuna um tema tão importante para nós. A saúde pública de Campo Grande, a saúde de Mato Grosso do Sul, a saúde pública do país todo está colapsada. Ontem, a prefeita Adriane Lopes esteve em uma reunião fechada na Assomasul com quarenta prefeitos, e nenhum deles disse: "Olha, lá está tranquilo, está tudo bem." Isso porque as demandas aumentaram. Após a Covid-19, as doenças aumentaram, as demandas das UPAs aumentaram, e Campo Grande, atualmente, está tocando a saúde do estado inteiro. Por que a saúde de Campo Grande está colapsada? Tenho dito aqui que, na Capital, há aproximadamente um milhão de habitantes e um milhão quinhentos e oitenta e seis mil Cartões SUS emitidos. Vale ressaltar que pessoas vêm do interior. Os prefeitos colocam os pacientes em veículos e os mandam para cá, para a casa de parentes ou para aquelas pensões em frente à Santa Casa, ao Hospital Regional, ao HU. Essas pessoas chegam e entram nas UPAs de Campo Grande. Entram na UPA, o médico as atende, prescreve a receita — e onde elas pegam o medicamento? Nas unidades de saúde de Campo Grande. Ou seja, Campo Grande está atendendo o interior não só com o profissional, mas também com o medicamento. Essa conta nunca fecha. A prefeita foi pedir socorro aos seus colegas prefeitos. Ela disse a eles: "Vocês precisam me ajudar junto ao Governo, para que ele coloque recurso, compre medicamentos, porque eu não consigo atender a toda essa demanda!". Para Vossas Excelências terem uma noção, neste período sazonal de gripe e de problemas respiratórios, há duzentos e vinte leitos nas UPAs — são sete UPAs e três CRS. Destes leitos, nesses dias, duzentos e doze estavam ocupados, sendo trinta e nove por pacientes do interior do estado. Ou seja, há pacientes do interior ocupando vagas de campo-grandenses. E essa demanda está aumentando cada vez mais. Agora estão querendo atribuir à prefeitura o problema da Santa Casa. Mas a Santa Casa é credenciada do SUS, é o único hospital de pronto atendimento credenciado, diga-se de passagem. O dinheiro vem direto. Campo Grande é apenas a "barriga de aluguel". O recurso passa pela prefeitura apenas para ser repassado à Santa Casa. E aquilo que é pactuado entre o Município e a Santa Casa é cumprido à risca. O pagamento é feito em dia. Não há atraso. Agora, é claro que a corda vai arrebentar do lado mais fraco. Oitenta por cento do recurso da Santa Casa vem do Ministério da Saúde e do Governo do Estado, que são os

responsáveis pelo pacto. Depois, sim, vem a contrapartida da prefeitura. Então, Campo Grande faz o repasse corretamente. Mas não há como aumentar o repasse se não houver aumento dos serviços ofertados pela Santa Casa. Qual é o problema? Sempre que se pede uma vaga para a Santa Casa, não tem, porque ela está lotada. O paciente tem de ficar cinco, seis, sete dias numa UPA, porque não há vaga na Santa Casa. E, quando se abre uma 'vaga zero' e o paciente é removido de ambulância do Samu, chega lá e fica na maca, no corredor, porque não há leito disponível. Essa é a guerra que ocorre na saúde em Campo Grande. E querem atribuir à prefeita uma responsabilidade que ela não pode assumir sozinha. Vossa Excelência tem uma filha médica, que atende em uma unidade municipal de saúde, e pode confirmar o que estou dizendo. A demanda é muito grande. Vai faltar remédio? Vai, sim. É claro que vai faltar. É impossível atender o estado inteiro. Agora, a saúde de Campo Grande não é ruim, se fosse, o interior não estaria vindo para cá. Portanto, quero parabenizar toda a equipe de profissionais da rede municipal de saúde, que tem feito um excelente trabalho, dentro das suas possibilidades. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Inclusive, eu vi hoje em um site, deputado, que a prefeitura está contratando cento e vinte médicos, algo em torno disso, para reforçar as equipes. Acho que é uma medida boa e necessária, porque as equipes estão defasadas, não conseguem atender toda a demanda. Muitas vezes, o paciente fica na unidade de saúde horas e horas aguardando atendimento. Agora, eu quero também cobrar a responsabilidade do Estado. Tivemos uma reunião com o secretário de Saúde, que nos apresentou um projeto lindo, maravilhoso, de regionalização da saúde, que tem a finalidade de reestruturar todo o atendimento no estado. Mas, e aí? Se isso não está sendo implementado, o problema vai estourar aqui na Capital. Portanto, precisamos que o projeto de regionalização seja efetivamente colocado em prática. É preciso que os hospitais regionais espalhados pelo estado funcionem adequadamente — com equipamentos, mamografia, raio X etc. —, para que o paciente seja atendido na região onde mora e não precise se deslocar para Campo Grande. Agora, aqui nós estamos vivendo um caos — faltam medicamentos, faltam insumos nas unidades de saúde, nas UBS, e há muitos pacientes nos corredores. Esse problema precisa ser resolvido. Os gestores da saúde precisam se reunir e dizer: "Olhem, o que é preciso fazer para acabar com essa situação tão dramática que os pacientes estão enfrentando?"...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, para concluir. Como eu entendo que o assunto é importante, sugiro a Vossa Excelência que retorne no Grande Expediente para um debate mais aprofundado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ótimo. Eu vou ter que voltar, senhor presidente, porque eu tenho uma série de questões para apresentar, e alguns dados também, para ilustrar o que estou dizendo. Mas fica aqui o alerta — e o apelo — que fazemos também ao secretário de Saúde, Maurício Simões: que ele reúna os gestores dos



municípios e veja o que é preciso fazer para resolver essas situações dramáticas que estamos vivendo na saúde pública. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado (11h30min).